



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO

Nº 02/2026

PROCESSO

Nº 17/2026

CONTRATANTE

Município de Monte Carmelo/MG - CNPJ Nº 18.593.103/0001-78

1. OBJETO

1.1. REFERE-SE A REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA, EVENTUAL E PARCELADA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA DOS RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE. ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE MONTE CARMELO – MG.

2. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação por meio do **Sistema de Registro de Preços (SRP)**, para futura, eventual e parcelada prestação dos serviços de **coleta, transporte, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos de serviços de saúde**, mostra-se a solução mais adequada para atender às necessidades da Administração, considerando o caráter contínuo da demanda, a variabilidade dos volumes gerados pelas unidades de saúde, a imprevisibilidade de consumo ao longo do exercício e as vantagens operacionais, administrativas e econômicas inerentes a esse modelo, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

2.2. A presente contratação abrange os **itens e quantitativos estimados**, conforme planilha apresentada a seguir, contendo a identificação do item, a descrição do serviço, a unidade de medida, a quantidade estimada, o valor unitário e o valor total estimado, os quais servirão exclusivamente como referência para fins de planejamento, julgamento das propostas e formação da Ata de Registro de Preços, não constituindo obrigação de consumo pela Administração, observadas as condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência. Planilha:

Item	Descrição	Und	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Serviços de Coleta, Transporte, Tratamento e Destinação final de Resíduos dos Serviços de Saúde do Grupo A, B e E, conforme RDC 222/2018, Resolução do Conama – 316 e 358/2005, e, ALTERAÇÕES POSTERIORES. Fornecer recipientes apropriados para armazenagem dos resíduos nos locais de Coleta; Os Resíduos após serem devidamente acondicionados e lacrados em bombonas e/ou recipientes adequados, deverão ser coletados no abrigo final do gerador, transportados até a destinação final em Aterro, tipo I; Após o devido e adequado Tratamento, aos diversos tipos de resíduos coletados, a empresa deverá emitir Certificado de Incineração e/ou de Destinação Final,	KG	60.000	R\$ 9,43	R\$ 565.800,00



Prefeitura Municipal de Monte Carmelo

Secretaria Municipal de Saúde

Administração 2025-2028

	documento oficial aceito pelos Órgãos Ambientais e de Fiscalização Estadual e Municipal.				
VALOR TOTAL ESTIMADO DESTA CONTRATAÇÃO R\$ 565.800,00 (QUINHENTOS E SESSENTA E CINCO MIL E OITOCENTOS REAIS); INTERVALO PARA LANCES: 2% (DOIS POR CENTO).					

- 2.3. Os itens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar e abordado neste termo de referência;
- 2.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 2.5. O sistema de contratação que melhor atende às necessidades da Administração, bem como à sua disponibilidade financeira e orçamentária, é o Pregão, a ser realizado pelo Sistema de Registro de Preços;
- 2.6. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses contados da assinatura;
- 2.7. O prazo de vigência do(s) contrato(s) deverá ser apreciado pelo setor jurídico visando a probabilidade de prorrogação na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 3.1. A presente contratação fundamenta-se na necessidade permanente da Administração Pública Municipal de assegurar a adequada gestão dos resíduos gerados pelos serviços de saúde, em estrita observância às normas sanitárias, ambientais e de segurança do trabalho vigentes. Os resíduos de serviços de saúde, especialmente aqueles classificados nos Grupos A, B e E, apresentam elevado potencial de risco biológico, químico e físico, exigindo procedimentos específicos e rigorosos de segregação, acondicionamento, coleta, transporte, tratamento e destinação final ambientalmente adequada, de modo a prevenir danos à saúde pública, à integridade dos trabalhadores e ao meio ambiente.
- 3.2. Nos termos da **RDC ANVISA nº 222/2018** e das Resoluções **CONAMA nº 316 e nº 358/2005**, o gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde constitui obrigação legal do gerador, devendo ser executado de forma integrada e controlada em todas as etapas do ciclo do resíduo, desde a geração até a destinação final dos rejeitos, após o devido tratamento. O descumprimento dessas normas sujeita o ente público à aplicação de sanções administrativas, civis e penais, além de representar risco concreto à coletividade e ao meio ambiente.
- 3.3. As unidades de saúde sob responsabilidade do Município de Monte Carmelo/MG, tais como Unidades Básicas de Saúde, Hospital Municipal, Pronto Atendimento, CAPS, farmácias e demais estabelecimentos assistenciais, geram continuamente resíduos perigosos cuja gestão demanda estrutura técnica especializada, veículos licenciados, tecnologias de tratamento ambientalmente adequadas, pessoal capacitado e licenças ambientais regularmente expedidas pelos órgãos competentes. Tais exigências inviabilizam a execução direta pela Administração, tornando necessária a contratação de empresa especializada.
- 3.4. Dessa forma, a contratação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos de serviços de saúde apresenta-se como a solução mais eficiente, segura e



economicamente vantajosa, garantindo a continuidade dos serviços públicos de saúde, o cumprimento integral da legislação aplicável, a mitigação de riscos sanitários, ambientais e ocupacionais e a rastreabilidade dos resíduos, mediante a emissão dos certificados exigidos pelos órgãos de controle e fiscalização.

3.5. A contratação encontra respaldo no planejamento administrativo, no Estudo Técnico Preliminar e na Análise de Riscos elaborados, estando alinhada aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade, interesse público e desenvolvimento sustentável, nos termos da **Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, e suas alterações, bem como das seguintes normas complementares:

3.5.1. Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações;

3.5.2. Decreto Federal nº 8.538, de 6 de outubro de 2015;

3.5.3. Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019;

3.5.4. Decreto Municipal nº 2.621, de 04 de abril de 2023, que regulamenta a Lei Federal nº 14.133/2021 no âmbito municipal;

3.5.5. Decreto Municipal nº 2.748, de 26 de abril de 2024, que regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas e empresas de pequeno porte;

3.5.6. Decreto Municipal nº 2.642, de 14 de junho de 2023, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços no Município;

3.5.7. Decreto Municipal nº 2.727, de 21 de fevereiro de 2024, que dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica.

3.6. Ressalta-se que a presente licitação tem por objeto a prestação de serviços especializados, com valor estimado superior ao limite previsto no art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, não se aplicando, portanto, a destinação exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte. Ademais, o disposto no art. 48, inciso III, da referida Lei Complementar, que trata da reserva de cota de até 25%, refere-se exclusivamente à aquisição de bens de natureza divisível, não sendo juridicamente aplicável ao presente certame, cujo objeto é indivisível e executado de forma integrada e contínua.

3.7. Dessa forma, o certame não será destinado exclusivamente, nem dividido em cotas para contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, permanecendo assegurada, contudo, a participação dessas empresas em igualdade de condições com as demais licitantes, nos termos da legislação vigente.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS

4.1. A solução adotada para atendimento da necessidade administrativa consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos de serviços de saúde, abrangendo todas as etapas do ciclo de vida do objeto, desde a geração dos resíduos nas unidades de saúde até a disposição final dos rejeitos, após o tratamento, em conformidade com a legislação sanitária, ambiental e de segurança do trabalho aplicável.



4.2. A contratação contempla um conjunto integrado e indivisível de atividades, cuja execução coordenada é indispensável para assegurar a efetividade do gerenciamento dos resíduos, a mitigação de riscos à saúde pública, a proteção do meio ambiente e a rastreabilidade das operações. O ciclo de vida do objeto compreende, de forma resumida, as seguintes etapas:

4.2.1. Segregação e acondicionamento na origem, conforme classificação dos resíduos prevista na RDC ANVISA nº 222/2018, utilizando recipientes, embalagens e identificações adequadas, sob responsabilidade das unidades geradoras, com orientação técnica da contratada quando aplicável;

4.2.2. Coleta externa dos resíduos de serviços de saúde, realizada em periodicidade compatível com a geração dos resíduos e com os riscos sanitários envolvidos, por meio de equipe treinada e devidamente equipada, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência;

4.2.3. Transporte dos resíduos, efetuado em veículos exclusivos, licenciados e devidamente identificados, atendendo às normas de segurança, sinalização, acondicionamento e controle, de modo a prevenir vazamentos, acidentes e contaminações durante o deslocamento;

4.2.4. Tratamento dos resíduos, mediante tecnologia licenciada e ambientalmente adequada, capaz de promover a redução ou eliminação dos riscos biológicos, químicos e físicos, conforme a natureza do resíduo, garantindo a conformidade com as exigências dos órgãos ambientais e sanitários competentes;

4.2.5. Destinação final dos rejeitos, após o tratamento, em local devidamente licenciado, assegurando a disposição ambientalmente adequada e a conformidade com a legislação vigente;

4.2.6. Rastreabilidade, controle e comprovação da execução, por meio da emissão de manifestos, certificados de tratamento e destinação final, relatórios operacionais e demais documentos exigidos pelos órgãos de controle e fiscalização.

4.3. A solução proposta é estruturada para ser executada de forma contínua, segura e eficiente, compatível com o modelo de Sistema de Registro de Preços, permitindo o atendimento a múltiplas unidades de saúde do Município, com volumes variáveis de resíduos, sem prejuízo da qualidade, da regularidade e da conformidade legal dos serviços prestados.

4.4. Quanto à especificação dos itens, estes correspondem aos serviços necessários à execução integral do objeto, definidos de forma clara, objetiva e suficiente para garantir a adequada prestação dos serviços, sem restringir indevidamente a competitividade. Os itens estão organizados em planilha própria, por grupo de resíduos e/ou por tipo de serviço, conforme aplicável, contemplando a descrição dos serviços, unidade de medida, quantitativos estimados e demais parâmetros necessários à formação de preços.

4.5. A especificação adotada observa critérios técnicos, operacionais, ambientais e de segurança, bem como as boas práticas de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde, assegurando que os serviços contratados atendam às necessidades da Administração ao longo de todo o ciclo de vida do objeto, desde a geração até a destinação final, com eficiência administrativa, segurança jurídica e proteção da saúde pública e do meio ambiente.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. A contratação deverá observar requisitos mínimos indispensáveis para garantir a execução



adequada, contínua e segura dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos de serviços de saúde, em conformidade com a legislação sanitária, ambiental, trabalhista e de segurança aplicável, bem como com as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

5.2. Requisitos Técnicos e Operacionais

5.2.1. A empresa contratada deverá comprovar aptidão técnica para a execução dos serviços, por meio de atestados de capacidade técnica compatíveis com o objeto, demonstrando experiência anterior na prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde;

5.2.2. Os serviços deverão abranger, de forma integrada, todas as etapas do gerenciamento externo dos resíduos de serviços de saúde, incluindo coleta, transporte, tratamento e destinação final ambientalmente adequada, sem possibilidade de fracionamento da execução;

5.2.3. A coleta deverá ser realizada conforme a frequência mínima estabelecida neste Termo de Referência, podendo ser ajustada de acordo com a demanda das unidades geradoras, respeitados os limites sanitários e operacionais;

5.2.4. O transporte dos resíduos deverá ser efetuado por veículos exclusivos para este fim, devidamente licenciados pelos órgãos competentes, identificados, equipados com dispositivos de segurança e em condições adequadas de higiene e conservação;

5.2.5. O tratamento dos resíduos deverá ser realizado por meio de tecnologias devidamente licenciadas e autorizadas pelos órgãos ambientais competentes, capazes de eliminar ou reduzir o potencial de risco biológico, químico e físico, conforme a classificação dos resíduos;

5.2.6. A destinação final dos rejeitos deverá ocorrer exclusivamente em locais licenciados, em conformidade com a legislação ambiental vigente.

5.2.7. A empresa contratada deverá comprovar, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e dos contratos dela decorrentes, que possui capacidade técnica, operacional e legal para executar o objeto de forma contínua, segura e eficiente, atendendo, no mínimo, aos seguintes requisitos:

5.2.7.1. Executar os serviços de forma integrada, abrangendo todas as etapas do gerenciamento externo dos resíduos de serviços de saúde, compreendendo a coleta, o transporte, o tratamento e a destinação final, conforme as ordens e a periodicidade definidas pela Secretaria Municipal de Saúde;

5.2.7.2. Utilizar veículos, equipamentos, recipientes e tecnologias compatíveis com o tipo de resíduo gerado, devidamente licenciados pelos órgãos ambientais competentes, assegurando a integridade, a segurança, a rastreabilidade e o controle dos resíduos em todas as etapas da execução;

5.2.7.3. Dispor de licenças ambientais válidas para a execução dos serviços, incluindo, conforme o caso:

- a) licença para disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos de serviços de saúde;
- b) licença para transporte, tratamento e disposição final de resíduos perigosos;
- c) licença específica para tratamento térmico por incineração, quando adotado esse método;

5.2.7.4. Manter registro ativo da empresa no CREA ou CAU da respectiva região, conforme a natureza dos serviços executados, bem como Responsável Técnico legalmente habilitado, com registro regular no respectivo conselho profissional e atribuições compatíveis com o objeto;



5.2.7.5. Emitir e disponibilizar à Administração, sempre que solicitado, os Certificados de Tratamento, Incineração e/ou Destinação Final, assegurando a rastreabilidade e a comprovação da destinação ambientalmente adequada dos resíduos;

5.2.7.6. Garantir que todos os profissionais envolvidos na execução dos serviços utilizem Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados, observadas as normas de segurança e saúde do trabalho;

5.2.7.7. Manter estrutura operacional compatível com a demanda estimada, assegurando a continuidade dos serviços, sem interrupções que comprometam o funcionamento das unidades de saúde municipais;

5.2.7.8. Admitir, quando expressamente autorizado no edital, a subcontratação parcial e limitada a etapas técnicas específicas do objeto, nos termos e limites estabelecidos no tópico próprio, permanecendo a contratada como única e integral responsável pela execução do objeto perante a Administração.

5.2.7.9. O descumprimento de quaisquer dos requisitos acima, bem como a perda de validade de licenças, registros ou autorizações exigidas, ensejará a aplicação das sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo da rescisão contratual e das demais responsabilidades previstas em lei.

5.3. Requisitos Sanitários e Ambientais

5.3.1. A execução dos serviços deverá observar integralmente a RDC ANVISA nº 222/2018, as Resoluções CONAMA nº 316 e nº 358/2005, bem como demais normas sanitárias e ambientais aplicáveis;

5.3.2. A contratada deverá possuir e manter válidas todas as licenças, autorizações e registros exigidos pelos órgãos ambientais, sanitários e de transporte, compatíveis com as atividades executadas;

5.3.3. Deverá ser garantida a rastreabilidade dos resíduos, mediante emissão de manifestos, certificados de tratamento e de destinação final, relatórios e demais documentos exigidos pela legislação e pelos órgãos de fiscalização;

5.3.4. A contratada deverá adotar procedimentos operacionais que minimizem riscos de vazamentos, acidentes e contaminações ambientais, durante todas as etapas dos serviços.

5.4. Requisitos de Segurança do Trabalho

5.4.1. A empresa contratada deverá cumprir integralmente as normas de segurança e saúde no trabalho aplicáveis às atividades desenvolvidas, especialmente aquelas relacionadas ao manuseio de resíduos perigosos;

5.4.2. Os trabalhadores envolvidos na execução dos serviços deverão ser devidamente treinados, capacitados e equipados com Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados às atividades desempenhadas;

5.4.3. Deverão ser adotadas medidas preventivas para evitar acidentes de trabalho, exposição a agentes biológicos, químicos e perfurocortantes, bem como procedimentos de resposta a incidentes.

5.5. Requisitos Administrativos e de Controle



5.5.1. A contratada deverá manter estrutura administrativa e operacional compatível com a execução do objeto, assegurando a continuidade e a regularidade dos serviços durante toda a vigência da ata de registro de preços e dos contratos dela decorrentes;

5.5.2. Deverá ser disponibilizado canal de comunicação eficaz para atendimento das demandas da Administração e para o registro de ocorrências operacionais;

5.5.3. A empresa deverá atender prontamente às determinações da fiscalização do contrato, corrigindo falhas e irregularidades eventualmente apontadas, sem ônus adicional para a Administração;

5.5.4. A execução dos serviços estará sujeita à fiscalização permanente por parte da Administração, nos termos da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da responsabilidade integral da contratada pelos serviços prestados.

5.6. Requisitos de Sustentabilidade

5.6.1. Sempre que possível, deverão ser adotadas práticas que contribuam para a redução de impactos ambientais, como a otimização de rotas de transporte, o uso racional de recursos e a adoção de tecnologias de tratamento mais eficientes e ambientalmente adequadas;

5.6.2. A contratada deverá observar os princípios do desenvolvimento sustentável, da prevenção e da precaução ambiental na execução do objeto.

6. INDICAÇÃO OU VEDAÇÃO DE MARCAS OU MODELOS

6.1. Não haverá indicação, exigência ou vedação de marcas, modelos, fabricantes, tecnologias ou processos específicos, em observância ao disposto no art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, de modo a assegurar a ampla competitividade, a isonomia entre os licitantes e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

6.2. Serão admitidos quaisquer soluções técnicas, métodos, equipamentos, veículos, recipientes, sistemas de tratamento e tecnologias de destinação final dos resíduos de serviços de saúde, desde que atendam integralmente às especificações técnicas, aos requisitos de qualidade, segurança, desempenho e conformidade legal definidos neste Termo de Referência, bem como às normas sanitárias e ambientais vigentes, especialmente a RDC ANVISA nº 222/2018 e as Resoluções CONAMA aplicáveis.

6.3. A avaliação da conformidade das soluções apresentadas ocorrerá com base no atendimento às exigências técnicas e legais do objeto, não sendo admitidas restrições injustificadas que limitem a participação de potenciais interessados aptos à execução dos serviços.

7. DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRA

7.1. Não será exigida, como regra geral, a apresentação de amostras, tendo em vista que o objeto da contratação se refere à prestação de serviços, cuja avaliação se dá, primordialmente, pela comprovação da capacidade técnica, da regularidade documental e do atendimento às especificações e exigências definidas neste Termo de Referência.

7.2. Excepcionalmente, e de forma devidamente motivada, o Pregoeiro ou a área técnica competente poderá solicitar, como diligência, a apresentação de documentos técnicos, registros,



laudos, certificações, relatórios operacionais, registros fotográficos, visitas técnicas ou outros meios idôneos de comprovação, quando estritamente necessários para aferir a qualidade, a conformidade técnica, o desempenho ou a adequação dos procedimentos, tecnologias, equipamentos, recipientes ou métodos de execução dos serviços ofertados.

7.3. Qualquer diligência dessa natureza observará, obrigatoriamente, os princípios da razoabilidade, proporcionalidade, isonomia, competitividade e do julgamento objetivo, não podendo resultar em restrição indevida à participação dos licitantes nem em alteração das condições originalmente estabelecidas no certame.

8. DA EXIGÊNCIA DE CARTA DE SOLIDARIEDADE OU GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

8.1. Não será exigida carta de solidariedade, garantia da proposta ou garantia da contratação, nos termos dos arts. 96 e 98 da Lei nº 14.133/2021, considerando a natureza comum e continuada dos serviços a serem prestados, o nível de risco contratual identificado no planejamento da contratação e a adoção do Sistema de Registro de Preços, que permite maior flexibilidade na gestão da execução e mitigação de riscos.

8.2. A eventual inexistência de garantia contratual não afasta a responsabilidade da contratada pelo fiel cumprimento das obrigações assumidas, permanecendo plenamente aplicáveis as sanções administrativas, penalidades e demais medidas previstas na legislação vigente, no edital e nos instrumentos contratuais, em caso de inadimplemento total ou parcial das obrigações decorrentes da contratação.

9. SUBCONTRATAÇÃO

9.1. Será admitida a subcontratação parcial do objeto, exclusivamente para etapas técnicas específicas da execução dos serviços, tais como atividades de tratamento e/ou destinação final dos resíduos de serviços de saúde, limitada ao percentual máximo de vinte e cinco por cento do objeto, desde que não comprometa a unidade, a rastreabilidade, a continuidade e o controle da execução contratual.

9.1.1. A limitação da subcontratação ao percentual máximo de vinte e cinco por cento mostra-se tecnicamente adequada, juridicamente proporcional e administrativamente razoável, considerando a necessidade de preservação da responsabilidade preponderante da empresa contratada, a sensibilidade sanitária e ambiental do objeto e a exigência de controle efetivo pela Administração. Tal limitação assegura que a parcela majoritária do objeto permaneça sob execução direta da contratada, reduzindo riscos operacionais, facilitando a fiscalização e evitando a fragmentação excessiva das atividades.

9.1.2. O percentual adotado revela-se, ainda, coerente com a sistemática da Lei nº 14.133/2021, que, ao tratar da comprovação de capacidade técnica, admite, em seu art. 67, inciso VI, § 9º, que atestados relativos a aspectos técnicos específicos do objeto possam ser apresentados em nome de potencial subcontratado, também limitados a 25% do objeto. Tal parâmetro legal evidencia que o legislador reconheceu esse percentual como adequado para permitir a participação de terceiros



especializados, sem esvaziar a responsabilidade principal do contratado nem comprometer a segurança jurídica da contratação.

9.2. A admissão da subcontratação parcial fundamenta-se, ainda, na complexidade técnica do objeto, que envolve atividades distintas e especializadas, coleta, transporte, tratamento e destinação final, e na prática consolidada do mercado de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde, no qual é comum a atuação integrada de operadores especializados. A vedação absoluta à subcontratação poderia restringir indevidamente a competitividade do certame e resultar em preços menos vantajosos para a Administração, em afronta aos princípios da eficiência, da economicidade e da seleção da proposta mais vantajosa.

9.3. Para fins exclusivos de habilitação técnica, quando a subcontratação envolver aspectos técnicos específicos do objeto, o edital poderá admitir que a comprovação da capacidade técnica correspondente seja demonstrada por meio de atestados de capacidade técnica emitidos em nome de potencial subcontratado, observado o limite legal de até 25% do objeto, conforme autorizado pela Lei nº 14.133/2021, sendo admitida, inclusive, a utilização do mesmo potencial subcontratado por mais de um licitante.

9.4. Ressalta-se que a responsabilidade pela execução integral do objeto permanecerá exclusiva e integralmente atribuída à empresa contratada, que responderá de forma plena e solidária por todos os atos, obrigações, encargos, riscos, danos e prejuízos decorrentes da execução dos serviços, inclusive aqueles praticados por subcontratados. A subcontratação não estabelecerá qualquer vínculo financeiro, jurídico, técnico, operacional, trabalhista, previdenciário, de comunicação ou de qualquer outra natureza entre a Administração Pública e os subcontratados, inexistindo relação direta entre estes e o Município, cabendo à contratada a gestão, coordenação, supervisão e controle integral da execução dos serviços.

10. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO, PRAZOS, PAGAMENTO E GARANTIAS

10.1. execução do objeto ocorrerá de forma contínua, parcelada e sob demanda, por meio do Sistema de Registro de Preços, mediante a formalização da Ata de Registro de Preços e, quando cabível, do Termo de Contrato, bem como pela emissão de Ordens de Serviço, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Monte Carmelo/MG.

10.2. Os serviços compreenderão, de maneira integrada e indivisível, a coleta, o transporte, o tratamento e a destinação final ambientalmente adequada dos resíduos de serviços de saúde dos Grupos A, B e E, gerados pelas unidades de saúde municipais, devendo ser executados em estrita observância à RDC ANVISA nº 222/2018, às Resoluções CONAMA nº 316 e nº 358/2005 e às demais normas ambientais, sanitárias e de segurança aplicáveis.

10.3. Prazos e periodicidade

10.3.1. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços e/ou o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na legislação vigente e no edital.



10.3.2. Os serviços deverão ser iniciados no prazo máximo de 02 (dois) dias, contados a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, do Termo de Contrato ou da emissão da respectiva Ordem de Serviço, o que ocorrer primeiro.

10.3.3. A periodicidade da coleta será, como regra, semanal, podendo ser ajustada a critério da Secretaria Municipal de Saúde de Monte Carmelo/MG, de acordo com a demanda das unidades geradoras, o volume de resíduos produzidos e situações excepcionais ou emergenciais, sem prejuízo da continuidade e da regularidade do serviço.

10.3.4. O não atendimento aos prazos, à periodicidade estabelecida ou às condições técnicas previstas neste Termo de Referência caracterizará inadimplemento contratual, sujeitando a contratada às penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021, no edital, na Ata de Registro de Preços e nos contratos dela decorrentes.

10.4. Pagamento

10.5. O pagamento será realizado de forma mensal, em até 30 (trinta) dias, após a efetiva execução dos serviços no período correspondente, mediante apresentação de nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo fiscal do contrato, acompanhada dos relatórios de execução e dos Certificados de Tratamento e/ou de Destinação Final dos resíduos coletados no período.

10.6. Os valores devidos corresponderão à quantidade efetivamente executada, medida em quilogramas (kg), conforme os preços unitários registrados na Ata de Registro de Preços, observadas as condições contratuais.

10.7. O pagamento ficará condicionado à comprovação da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada e será efetuado no prazo estabelecido no edital, contado a partir do atesto da documentação fiscal pela Administração.

10.8. Garantias

10.9. Não será exigida garantia da contratação, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, considerando a natureza do objeto, o modelo de execução por meio do Sistema de Registro de Preços e o controle permanente da execução contratual pela Administração.

10.10. A inexistência de garantia contratual não afasta a responsabilidade integral da contratada por eventuais danos causados à Administração, a terceiros, à saúde pública ou ao meio ambiente, decorrentes da execução dos serviços, bem como a aplicação das sanções administrativas cabíveis em caso de inadimplemento.

11. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO E DE PAGAMENTO

11.1. Critérios de aceitação dos serviços

11.1.1. A aceitação dos serviços estará condicionada à execução integral, regular e satisfatória do objeto contratado, em conformidade com as especificações técnicas, operacionais, legais e ambientais estabelecidas neste Termo de Referência, no edital, na Ata de Registro de Preços, nos contratos dela decorrentes e nas Ordens de Serviço emitidas pela Administração.

11.1.2. Os serviços somente serão considerados aceitos após a verificação e o atesto do fiscal do contrato, que deverá confirmar:



11.1.2.1. a realização da coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos de serviços de saúde nos prazos, periodicidade e condições estabelecidas;

11.1.2.2. a observância das normas sanitárias, ambientais e de segurança aplicáveis, em especial a RDC ANVISA nº 222/2018 e as Resoluções CONAMA nº 316 e nº 358/2005;

11.1.2.3. a apresentação dos Certificados de Tratamento, Incineração e/ou Destinação Final, devidamente válidos e compatíveis com os resíduos coletados;

11.1.2.4. a inexistência de falhas, irregularidades ou não conformidades na execução dos serviços.

11.1.3. A Administração poderá rejeitar, total ou parcialmente, os serviços executados em desacordo com as especificações, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis e da exigência de correção das irregularidades constatadas.

11.2. Medição dos serviços

11.2.1. A medição dos serviços será realizada com base na quantidade efetivamente coletada, tratada e destinada, aferida em quilogramas (kg), conforme registros operacionais, relatórios técnicos e documentos comprobatórios apresentados pela contratada e validados pela fiscalização.

11.2.2. Somente serão objeto de medição e pagamento os serviços efetivamente executados e aceitos pela Administração, observados os preços unitários registrados na Ata de Registro de Preços.

11.3. Condições e forma de pagamento

11.3.1. O pagamento será efetuado de forma mensal, após a execução e aceitação dos serviços correspondentes ao período de referência, mediante apresentação de nota fiscal/fatura, acompanhada dos relatórios de execução, dos certificados ambientais exigidos e do atesto do fiscal do contrato.

11.3.2. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do atesto da documentação fiscal pela Administração, observada a ordem cronológica de pagamentos e condicionada à regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada.

11.3.3. Não será efetuado pagamento referente a serviços rejeitados, executados em desconformidade ou pendentes de substituição ou regularização, até que as inconsistências sejam devidamente sanadas.

11.3.4. O pagamento será realizado mediante ordem bancária, em conta corrente indicada pela contratada, observadas as normas financeiras, orçamentárias e contábeis do Município.

11.4. Retenções tributárias

11.4.1. Quando do pagamento, serão efetuadas as retenções tributárias previstas no Decreto Municipal nº 2.669/2023, relativas aos tributos devidos nos pagamentos realizados pela Administração Pública Municipal.

11.4.2. Independentemente dos percentuais de tributos eventualmente inseridos na planilha de preços pela licitante, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

11.4.3. As contratadas optantes pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerão retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por esse regime, desde que apresentem a comprovação oficial de enquadramento.

11.5. Vedação à antecipação de pagamento



11.5.1. Não haverá antecipação de pagamento, sendo vedado qualquer adiantamento de valores antes da efetiva execução dos serviços, do recebimento definitivo e da regular liquidação da despesa, salvo hipótese legal expressamente prevista.

11.6. Vedação à cessão de crédito

11.6.1. A cessão de crédito decorrente deste ajuste não se aplica, ficando vedada a transferência de créditos a terceiros, salvo previsão legal específica e mediante anuência expressa da Administração.

12. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

12.1. Critérios de seleção do fornecedor

12.1.1. A seleção do fornecedor será realizada por meio de pregão eletrônico, sob o Sistema de Registro de Preços, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, do Decreto Federal nº 10.024/2019, do Decreto Municipal nº 2.642/2023 e demais normas aplicáveis, adotando-se como critério de julgamento o menor preço, observado o preço unitário por quilograma (kg) de resíduos de serviços de saúde coletados, tratados e destinados.

12.1.2. A licitação será processada e julgada com base nos princípios da legalidade, isonomia, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, competitividade, julgamento objetivo e obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

12.1.3. Será considerada vencedora a licitante que, atendendo integralmente às exigências de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira e técnica, bem como às condições estabelecidas no edital e neste Termo de Referência, apresentar a proposta de menor preço para o objeto licitado.

12.1.4. A comprovação da qualificação técnica deverá demonstrar a aptidão da licitante para a execução dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde, mediante apresentação de atestados de capacidade técnica compatíveis com o objeto, podendo, nos termos do edital, ser admitida a comprovação parcial por meio de atestados relativos a potencial subcontratado, observados os limites legais e as condições previamente estabelecidas.

12.2. Forma de fornecimento (prestação dos serviços / execução)

12.2.1. O fornecimento dos serviços será realizado de forma contínua, parcelada e sob demanda, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Monte Carmelo, mediante a emissão de Ordens de Serviço, Autorizações de Fornecimento ou instrumentos equivalentes.

12.2.2. Os serviços deverão ser executados conforme a periodicidade definida pela Administração, podendo ocorrer semanalmente ou em periodicidade diversa, a critério da Secretaria Municipal de Saúde, em razão da demanda efetiva, das condições operacionais e das necessidades do serviço público, sem que disso decorra direito a qualquer indenização ou compensação à contratada.

12.2.3. A execução dos serviços deverá observar rigorosamente:

- a) os prazos de início estabelecidos após a assinatura da Ata de Registro de Preços, contrato ou emissão da Ordem de Serviço;
- b) os itinerários, rotas e locais de coleta previamente definidos pela Administração;
- c) as normas sanitárias, ambientais e de segurança do trabalho aplicáveis;



d) os procedimentos técnicos adequados ao manuseio, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos de serviços de saúde.

12.2.3.1. Como condição para a execução regular dos serviços, a empresa contratada deverá possuir, manter válidas e apresentar sempre que solicitadas pela Administração, as seguintes licenças, autorizações e registros, compatíveis com o objeto contratado:

I – Licença para a disposição final de resíduos sólidos de serviços de saúde, assegurando a destinação ambientalmente adequada, nos termos da legislação ambiental vigente, em especial conforme disposto na Lei nº 178/2017, art. 4º, inciso VIII;

II – Licença para o transporte, tratamento e disposição final de resíduos perigosos, em conformidade com a Resolução RDC nº 222/2018 da ANVISA e com a Resolução CONAMA nº 358/2005;

III – Licença para tratamento térmico de resíduos por incineração, quando aplicável, em conformidade com a Resolução CONAMA nº 316/2002;

IV – Comprovação de registro da empresa junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) da respectiva região, conforme a natureza das atividades desenvolvidas;

V – Comprovação de registro do Responsável Técnico legalmente habilitado perante o CREA ou CAU competente, com atribuições compatíveis com os serviços executados.

12.3. A ausência, a suspensão ou o vencimento de quaisquer das licenças, autorizações ou registros exigidos durante a vigência da Ata de Registro de Preços ou do contrato implicará a impossibilidade de execução dos serviços, sujeitando a contratada às sanções administrativas previstas no edital, no contrato e na legislação vigente, sem prejuízo das demais responsabilidades cabíveis.

13. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO - PARA FINS DE HABILITAÇÃO, DEVERÁ O LICITANTE COMPROVAR OS SEGUINTE REQUISITOS:

13.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

13.1.1. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

13.1.2. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

13.1.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

13.1.4. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

13.1.5. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do



local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

13.1.6. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

13.1.7. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

13.1.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

13.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

13.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (**CNPJ**) ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

13.2.2. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**);

13.2.3. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a (**CNDT**) Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

13.2.4. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

13.2.5. **FICAL 01** - Prova de regularidade com a Fazenda [**Municipal**/Distrital] do município domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

13.2.6. **FICAL 02** - Prova de regularidade com a Fazenda [**Estadual**/Distrital] do estado domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

13.2.7. **FICAL 03** - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à **Dívida Ativa da União** (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

13.2.8. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

13.2.9. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

13.2.10. **Certidão Simplificada, Ou Simplificada Digital da Junta Comercial**, com data de



emissão máxima de 90 (Noventa) dias, para fins de comprovação da condição de Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP);

13.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

13.3.1. **Certidão negativa de falência** expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº

14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II;

13.3.2. **BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei (termo de abertura e encerramento do livro diário quando o registro do Órgão Competente constar somente neste), devidamente autenticados na Junta Comercial do Estado de sua sede ou domicílio ou em outro órgão equivalente.

13.3.3. Serão considerados e aceitos como na forma da lei os balanços patrimoniais e demonstrações contábeis que contenham as seguintes exigências:

13.3.4. Quando se tratar de sociedades anônimas, o balanço deverá ser apresentado em publicação no Diário Oficial do Estado de sua sede e jornais de grande circulação;

13.3.5. Quando se tratar de outro tipo societário, o balanço patrimonial acompanhado dos termos de abertura e de encerramento dos livros contábeis deverá possuir **registro no órgão competente**;

13.3.6. Quando a licitante, se utilizar da escrituração em forma eletrônica (SPED), deverá ser apresentada a escrituração em livro digital, que deverá conter o balanço patrimonial e demonstrativo de resultado autenticado na forma eletrônica, acompanhado do Recibo de entrega do livro digital/Termo de Autenticação do Livro Diário.

13.3.7. Quando se tratar de sociedade constituída há menos de um ano, esta, deverá apresentar apenas o balanço de abertura, o qual deverá conter a identificação legível e assinatura do responsável contábil da empresa, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, bem como ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente.

13.3.8. Os documentos referidos no item 16.3.2 limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 02 (dois) anos.

13.3.9. A boa situação econômico-financeira da licitante será comprovada através de memorial de cálculo, assinado por profissional habilitado da área contábil, conforme os índices a seguir mencionados:

13.3.9.1. **Índice de Liquidez Corrente: $ILC = AC / PC$, onde $ILC \geq 1,0$** ;

ILC = Liquidez Corrente; AC = Ativo Circulante; PC = Passivo Circulante.

13.3.9.2. **Índice de Liquidez Geral: $ILG = (AC + RLP) / (PC + Ex. LP)$, onde $ILG \geq 1,0$** ;

ILG = Índice de Liquidez Geral; AC = Ativo Circulante; RLP = Realizável a Longo Prazo; PC = Passivo Circulante; ELP = Exigível a Longo Prazo.

13.3.9.3. **Índice de Solvência Geral: $ISG = (AT) / (PC + PNC)$, onde $ISG \geq 1,0$** ;

ILG = Índice de Liquidez Geral; AT= Ativo Total; PC = Passivo Circulante; PNC = Passivo não Circulante.

13.3.10. Considerando que será exigida a apresentação dos balanços patrimoniais dos últimos 02 (dois) exercícios, deverão ser elaborados um memorial para cada exercício financeiro apresentado.



13.3.11. A licitante que não atender em um dos exercícios as exigências acima dispostas, poderá de forma subsidiária para fins de qualificação econômico-financeira, comprovar patrimônio líquido ou capital social de no mínimo 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

13.3.12. Caso a licitante não cumpra nenhuma das exigências dispostas, ela será considerada inabilitada do certame.

13.4. DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA

13.4.1. Um ou mais **atestado (s) de Capacidade Técnica da Empresa**, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução satisfatória do objeto da presente licitação, observando-se que tal (is) atestado (s) não seja (m) emitido (s) pela própria empresa ou por empresa do mesmo grupo empresarial. O atestado deverá conter as seguintes informações: Nome, CNPJ e endereço completo do emitente; Descrição do produto fornecido ou serviço prestado; Nome da empresa que prestou (s) o (s) serviço (s); Data de emissão; Assinatura e identificação do signatário (nome e cargo ou função que exerce junto à emitente).

14. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

14.1. A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em pesquisa de preços previamente realizada, em conformidade com o disposto no art. 23 da Lei nº 14.133/2021, considerando preços praticados no mercado, contratações similares realizadas por entes públicos, bem como cotações obtidas junto a empresas especializadas na prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde.

14.2. A pesquisa de preços levou em consideração a natureza especializada e contínua dos serviços a serem contratados, os riscos sanitários e ambientais envolvidos, as especificações técnicas definidas neste Termo de Referência, bem como a forma de contratação por meio do Sistema de Registro de Preços, que possibilita a execução parcelada dos serviços conforme a demanda da Administração.

14.3. Os valores unitários estimados encontram-se detalhados na planilha constante do subitem 2.2 deste Termo de Referência, contendo a identificação do item, descrição dos serviços, unidade de medida, quantidade estimada, valor unitário e valor total, a qual integra o presente instrumento para todos os fins, servindo de base para a formulação das propostas e para a análise de aceitabilidade dos preços ofertados.

14.4. O valor total estimado da contratação corresponde a R\$ 565.800,00 (quinhentos e sessenta e cinco mil e oitocentos reais), representando o limite máximo de dispêndio da Administração durante a vigência da Ata de Registro de Preços, não configurando obrigação de contratação integral dos quantitativos registrados.

14.5. Ressalta-se que, por se tratar de Sistema de Registro de Preços, os quantitativos e valores estimados possuem caráter meramente referencial, sendo as contratações efetivadas de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, mediante a emissão das respectivas ordens de serviço, observada a disponibilidade orçamentária e financeira.

14.6. A estimativa do valor da contratação atende aos princípios da legalidade, economicidade, eficiência e planejamento, assegurando a compatibilidade entre os preços estimados, as exigências



técnicas do objeto e a realidade do mercado, de modo a viabilizar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

15. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes das contratações futuras oriundas desta licitação correrão à conta das dotações orçamentárias próprias do Município, consignadas no orçamento vigente e, quando necessário, nos exercícios financeiros subsequentes, em razão da natureza continuada do objeto e da forma de contratação por meio do Sistema de Registro de Preços.

15.2. Nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, a formalização da Ata de Registro de Preços não implica compromisso imediato de despesa, ficando a emissão das respectivas Autorizações de Fornecimento ou Ordens de Serviço condicionada à prévia existência de dotação orçamentária suficiente e à disponibilidade financeira no momento da contratação.

15.3. Para cada contratação decorrente da Ata de Registro de Preços será emitido o correspondente empenho, conforme a necessidade da Administração, respeitados os limites orçamentários, financeiros e legais aplicáveis.

15.4. A execução das despesas observará rigorosamente as normas de direito financeiro, em especial a Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e as disposições pertinentes da Lei nº 14.133/2021.

15.5. A Administração assegura que a presente contratação está compatível com o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), atendendo aos princípios do planejamento, da responsabilidade fiscal e do equilíbrio das contas públicas.

16. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

16.1. A gestão e a fiscalização da execução dos serviços decorrentes da Ata de Registro de Preços e dos contratos dela originados serão exercidas pela Administração Pública Municipal, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, a quem caberá acompanhar, controlar e avaliar a correta execução do objeto, nos termos dos arts. 117 e 174 da Lei nº 14.133/2021.

16.2. **Gestor do Contrato** - A Administração designará formalmente Gestor do Contrato, ao qual competirá, sem prejuízo de outras atribuições legais e regulamentares:

16.2.1. Coordenar a execução contratual, zelando pelo cumprimento das cláusulas, prazos, condições e obrigações assumidas pela contratada;

16.2.2. Promover a interlocução institucional com a contratada, sem prejuízo da atuação da fiscalização técnica;

16.2.3. Solicitar, quando necessário, providências corretivas, ajustes operacionais ou esclarecimentos relativos à execução dos serviços;

16.2.4. Adotar as medidas administrativas necessárias à apuração de responsabilidades, inclusive quanto à aplicação de penalidades, quando constatadas irregularidades;

16.2.5. Certificar a regularidade da execução contratual para fins de liquidação da despesa e autorização de pagamento.



16.3. Fiscalização do Contrato - A fiscalização será exercida por servidor(es) ou comissão formalmente designada(s), com atribuições técnicas compatíveis com o objeto, competindo-lhes:

16.3.1. Acompanhar e verificar, de forma contínua, a execução dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos de serviços de saúde, quanto à conformidade com o Termo de Referência, o edital, a legislação aplicável e as ordens emitidas pela Secretaria Municipal de Saúde;

16.3.2. Verificar o cumprimento da periodicidade mínima de coleta, dos prazos estabelecidos e das rotas definidas, bem como a regularidade do atendimento às unidades geradoras;

16.3.3. Conferir a validade das licenças ambientais, autorizações, registros profissionais e demais documentos exigidos para a execução do objeto;

16.3.4. Exigir e analisar os Certificados de Tratamento, Incineração e/ou Destinação Final, assegurando a rastreabilidade dos resíduos e a conformidade ambiental;

16.3.5. Registrar ocorrências, não conformidades, falhas operacionais, atrasos ou qualquer irregularidade verificada durante a execução, comunicando-as formalmente ao gestor do contrato;

16.3.6. Atestar a execução dos serviços para fins de recebimento provisório e definitivo, observadas as condições previstas neste Termo de Referência.

16.4. Instrumentos de Controle e Monitoramento - Para fins de controle e monitoramento da execução contratual, poderão ser adotados, entre outros instrumentos:

16.4.1. Relatórios periódicos de execução dos serviços, apresentados pela contratada;

16.4.2. Registros de coleta, transporte e destinação final, físicos ou eletrônicos, com identificação das unidades atendidas, datas, volumes e tipos de resíduos;

16.4.3. Indicadores de desempenho relacionados à regularidade, à pontualidade, à conformidade técnica e à segurança operacional;

16.4.4. Registros de ocorrências e comunicações formais entre a Administração e a contratada.

16.5. Não Vinculação com Subcontratados - A fiscalização e a gestão do contrato serão exercidas exclusivamente em relação à empresa contratada, não se estabelecendo qualquer vínculo jurídico, técnico, financeiro, operacional ou de comunicação direta entre a Administração e eventuais subcontratados, permanecendo a contratada integralmente responsável por todos os atos e obrigações decorrentes da execução do objeto.

16.6. Responsabilidades e Consequências - A atuação da gestão e da fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pela execução adequada dos serviços. A constatação de irregularidades poderá ensejar a aplicação das penalidades previstas no edital, na Ata de Registro de Preços, no contrato e na legislação vigente, sem prejuízo das demais medidas administrativas, civis e ambientais cabíveis.

17. CONSIDERAÇÕES FINAIS

17.1. O presente Termo de Referência foi elaborado com observância aos princípios que regem as contratações públicas, em especial os da legalidade, planejamento, eficiência, economicidade, isonomia, competitividade, sustentabilidade ambiental e proteção à saúde pública, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.



17.2. Este documento integra o edital de licitação e seus anexos, constituindo referência obrigatória para a formulação das propostas, para a execução dos serviços, para a gestão e fiscalização contratual e para a aplicação de eventuais sanções administrativas, devendo ser integralmente observado pelas licitantes e pela futura contratada.

17.3. A contratação dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos de serviços de saúde dos Grupos A, B e E visa assegurar a continuidade, a regularidade e a segurança sanitária e ambiental das atividades desenvolvidas pelas unidades de saúde municipais, prevenindo riscos à saúde pública, aos trabalhadores e ao meio ambiente.

17.4. Os casos omissos, as dúvidas de interpretação e as situações não previstas neste Termo de Referência serão dirimidos pela Administração, com fundamento na legislação vigente, especialmente na Lei nº 14.133/2021, nas normas sanitárias e ambientais aplicáveis e nos princípios que regem a Administração Pública.

17.5. Por fim, declara-se que as especificações, exigências e condições estabelecidas neste Termo de Referência são suficientes, adequadas e compatíveis com o objeto a ser contratado, atendendo ao interesse público e à busca da proposta mais vantajosa para a Administração Pública Municipal.

Monte Carmelo, 27 de janeiro de 2026.

Paulo Rodrigues Rocha
Secretaria Municipal de Saúde